



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Agradeço a presença de todos vocês.

Presentes os Vereadores Arselino Tatto, Rubinho Nunes e Sílvia da Bancada Feminista. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 32ª Audiência Pública do ano de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e, também, pelo YouTube; no canal TV Câmara São Paulo; Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 24 de maio no *Diário Oficial da Cidade* e, no dia 25, nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e, também, podem ser feitas, neste momento, junto a secretaria da Comissão, a nossa esquerda.

Foram convidados para esta audiência, os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Secretário Municipal do Meio Ambiente; Ricardo Ezequiel Torres, Secretário Municipal da Fazenda; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Celso Gonçalves Barbosa, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; Marcelo Cardinale Branco, Secretário Municipal de Habitação, César Angel Boffa de Azevedo, Presidente da SP Urbanismo; João Cury Neto, Diretor Presidente da Cohab; Nelson Gonçalves de Lima, Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico; Subprefeitos: Alan Eduardo do Amaral Sebastião, de Campo Limpo; João Paulo Lo Prete, de M'Boi Mirim; Thamyris Nagell Eloy Bernardo, de Santo Amaro; Richard Haddad Júnior, de Pinheiros; Janaína Lopes de Martini, do Butantã.

Agora, de forma presencial, registro a presença do Vereador Arselino Tatto.

Passemos à pauta da terceira audiência pública ao PL 204/2018, do Executivo Bruno Covas. Aprova o projeto de intervenção urbana para o perímetro do arco do Jurubatuba em atendimento ao inciso III, do parágrafo 3º, do artigo 76 da Lei nº. 16.050, de 31 de julho de 2014. Cria áreas de intervenção urbana na Vila Andrade, Jurubatuba, Interlagos.

Pergunto aos Vereadores se alguém dos colegas gostaria de se manifestar.

Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes.

Eu queria cumprimentar todas as pessoas que vieram de longe para participar desta audiência pública. As pessoas não saíram das suas casas de manhã, cedinho, para estarem aqui sem um bom motivo. E esse motivo é a moradia. O que as pessoas querem – Presidente e colega Arselino, que está aqui ao meu lado – é não serem removidas de onde elas moram hoje sem a chave na mão. (Palmas)

Então, a luta aqui, em relação ao PIU Jurubatuba, pelo qual as pessoas vieram para cá nesta audiência pública é para que saiam daqui, hoje, com essa vitória que é o “chave a chave”, que é as pessoas não serem removidas de onde elas vivem, moram, nem serem jogadas para longe, porque as pessoas querem ficar onde elas foram nascidas, criadas, onde têm as suas redes comunitárias de sociabilidade, onde seus filhos estudam, onde elas já frequentam UBS, e elas querem dignidade para viver nesses territórios com a chave na mão, com a sua moradia digna. (Palmas)

Então, de nossa parte, da parte do nosso mandato, estamos fazendo o possível para que essa conquista esteja garantida neste projeto de lei, neste projeto substitutivo.

É isso que eu queria dizer agora para começar, Presidente. Obrigada.

Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Presidente, bom dia, Vereadora.

Há muito tempo a gente espera essa oportunidade de fazer com que não só o Paraisópolis, mas toda aquela região periférica tenha a sua dignidade, a sua moradia.

Quem conhece bem Paraisópolis – eu conheço muito bem – sabe que há muito tempo aquela população aguarda um olhar mais decente do Poder Público, e a obrigação nossa, como Vereadores, é fazer hoje com que esse projeto seja aprovado. Mas não basta apenas aprovar o projeto, depois o Prefeito vai sancionar. Nós temos que continuar organizados para

fiscalizar, para ver se vão cumprir com tudo isso que está colocado no projeto. Porque tem muito projeto importante que foi aprovado, que viabilizaria a construção de moradias populares e que acabou sendo esquecido. Tem muitos. Nesse Plano Diretor antigo, muita coisa que foi aprovada, lá atrás, ficou fora.

Por isso tem que continuar se organizando, pressionando o Poder Público Municipal, para que cumpra aquilo que será aprovado hoje. A lei, os Vereadores aprovam, e os Vereadores também têm a responsabilidade de ficar fiscalizando o Poder Público, para que cumpra o prometido.

É isso o que interessa hoje. Paro por aqui, porque o que interessa hoje é ouvir vocês, vocês ficarem firmes, à tarde, e só saírem quando esse projeto for aprovado.

Um abraço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Arselino.

Aproveitando as palavras da Vereadora Sílvia e do Vereador Arselino, até para tranquilizar toda a população, vejo como meu dever informar que a emenda do “chave a chave” já tem acordo na Casa e deve ser aprovada integralmente no texto de hoje. Por isso fiquem tranquilos, porque isso está garantido no projeto. (Palmas)

Dando continuidade, resalto que as inscrições estão abertas, à esquerda da nossa Mesa.

Há algum representante do Executivo presente?

O SR. ARSELINO TATTO – Normalmente eles não vêm, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu queria que o Gadelho viesse um dia aqui para conversar.

O SR. ARSELINO TATTO – Esse Gadelho, eu não sei. É Secretário de quê?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Da Mesa, ele fica escondido na Mesa.

O SR. ARSELINO TATTO – Ele é Secretário de quê?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu não conheço. Você conhece?

Há inscritos? Agradeço a presença do Sr. João Paulo Lo Prete, Subprefeito do M'Boi

Mirim. Esse está presente. Muito obrigado.

O SR. ARSELINO TATTO – Esse é bom.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Com a palavra, o Vereador Sansão Pereira, de forma virtual.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Bom dia.

Por favor, apenas para registrar presença. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Registrada a presença do Vereador Sansão Pereira.

Há inscritos locais ou virtuais para se manifestar?

Vou iniciar pelos inscritos de forma virtual. Sra. Sandra Regina de Carvalho. Está ausente. Sr. Lucas Andrade Patente. Está ausente.

Suspendo momentaneamente esta audiência pública para que o público presente possa fazer as inscrições junto à Secretaria. Suspendo por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido o Sr. José Luiz, da Rua Ângelo de Lúcia. Lembrando de que o tempo de fala regimental é de três minutos.

O senhor pode falar da tribuna ou do microfone, o que for mais conveniente. Fique à vontade.

O SR. JOSÉ LUIZ – Bom dia a todos.

Meu nome é José Luiz e represento as Ruas Ângelo de Lúcia, Álvares Lobo e Paula Cruz.

Primeiro: “xô” Baronato das construtoras. Não é dessa forma que os problemas são resolvidos.

Segundo: esse PL nada mais é do que o maior plano nebuloso de despejo e de desapropriação feito no planeta. Isso daqui, Vereadores, vai para o Guinness Book, porque em nenhum país aconteceu isso.

Terceiro – fonte da Rede Globo: 150 mil pessoas afetadas. Cento e cinquenta mil

pessoas equivalem às cidades de Atibaia, Santana do Parnaíba e Araras. É como se pegasse esse monte de pessoas e jogasse para outro lugar onde construiriam uma cidade.

Quarto: a Câmara de Vereadores de São Paulo, social-democrata, não atendeu a nossa proposta de alteração de um milímetro desse projeto. Atrás da minha rua, na Álvares Lobo, possui um terreno vazio há mais de 50 anos, pessoal. Sabe? Fica a pergunta: por que que vocês querem passar por cima dessas casas? Por que não passa por cima desse terreno? Está há mais de 50 anos lá abandonado, gente.

Vereadores, são 150 mil pessoas envolvidas. Se multiplicar por três, é onde vou deixar a minha pergunta: dá 450 mil pessoas, gente. Dá seis cidades. Isso ajuda a eleger quantos Vereadores, aqui na Câmara? É isso o que a gente tem que começar a ter noção, porque a gente não é atendido e fica muito mais provado, hoje, a quem a Câmara está servindo. Porque a população não é atendida, e ela faz de tudo. O que precisar, se precisar ir para qualquer órgão público, a população vai. Só que a minha e outras demandas, elas não são atendidas.

Eu estou com um grupo pequeno aqui, sabe por quê? Porque 70% dos moradores dessa rua e de onde eu moro são idosos, e aqueles outros que não puderam vir são as pessoas que estão cuidando desses idosos.

Eu queria o auxílio da Promotoria Pública para poder me ajudar nessa demanda, porque está mais provado a quem eles estão servindo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido agora o Sr. Remilton dos Santos Veríssimo, da comunidade Olaria.

O SR. REMILTON DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Me chamo Remilton, mas podem me chamar de Milton. Na comunidade Olaria, algumas pessoas me conhecem como pastor. Eu não estou aqui apenas para representar a minha comunidade, mas todas as comunidades. Nós somos um povo que é esquecido por pessoas que tem alto escalão.

Hoje, eu vim e trago comigo uma frase que foi dita, há alguns anos, por um grande

homem chamado Nelson Mandela: “*I have a dream*”, que significa “eu tenho um sonho”. Eu modifico a frase e digo: “*We have a dream*” – “nós temos um sonho”. A comunidade tem um sonho, as pessoas têm um sonho.

Eu queria pedir para vocês se solidarizarem, olharem para o rosto de cada um e verem que somos pessoas de bem, trabalhadores, pais e mães de família, temos filhos e tudo o que fazemos não é para nós, mas para a geração que está por vir.

Então, que vocês possam entender e sentir um pouco da nossa dor. A nossa luta vem não é de ontem para hoje, mas é de anos, como o senhor mesmo disse, 90% não puderam vir, porque são idosos e precisam de outras pessoas para cuidar deles. E nós precisamos de vocês. A cada quatro anos, vocês cobram de nós os votos e nós estamos ali cumprindo o nosso dever. E agora nós precisamos de vocês e contamos com o apoio de vocês.

Nós sairemos daqui hoje, eu creio nisso, com a vitória nas mãos. Nós não estamos querendo mudar leis. Não estamos querendo mudar nada, apenas queremos algo – que eu acredito que é direito nosso – que é moradia, o teto. O Brasil é um país grande, rico, e as pessoas dizem, eu ouço muito dizer, que o Brasil é um país democrático. Sinto muito e muito me entristece dizer isso, mas está faltando democracia.

Só vocês falam, e nós só podemos ouvir e quietos ficar. A comunidade pede paz, a comunidade diz que é tempo de parar com tudo isso e vocês precisam entender que nós estamos aqui lutando por uma causa, que é direito nosso. Então nós, como brasileiros, cidadãos e pessoas que temos a democracia a nosso favor, pedimos: sejam democráticos.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Remilton.

Convido agora o Sr. Wilas da Silva Santos, da comunidade Olaria.

O SR. WILAS DA SILVA SANTOS – Bom dia a todos.

Me chamo Wilas. Sou da comunidade do Olaria, assim como todos. Também estou debaixo de um teto e, querendo ou não, cada um de nós precisa. Tem pessoas que não puderam comparecer porque foram trabalhar e, muitas vezes, até a gente mesmo não tem condições de

bancar um aluguel, de bancar certas demandas. Então a gente precisa de um teto.

A única coisa que a gente pede para vocês aqui é, independente de qualquer coisa, não tira a gente desse lugar que a gente está. A gente precisa. A gente não pode ser transferido, para onde, por conta do nosso trabalho e dos idosos também, porque alguns têm doença, alguns sofrem de alguma deficiência e tudo o mais. Então o que a gente pede aqui é que a gente esteja debaixo de um teto e que não sejamos transferidos de lugar, para lugares distantes ou até mesmo distante da nossa família.

Então a gente precisa desse terreno, para que a gente possa ter um lugar para habitar. Que nem já tinha falado aqui, 70% das pessoas que não puderam comparecer é porque precisaram cuidar dos seus pais, precisaram cuidar dos idosos e tudo mais.

Então, convido vocês a participar do dia a dia da comunidade e ver a necessidade de cada um. Agradeço também a oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Wilas.

Quero registrar e agradecer a presença do Secretário Fabricio Cobra, sempre presente nas audiências públicas. Muito obrigado, Secretário.

Convido a Sra. Priscila Martins da Cunha, da comunidade Olaria.

A SRA. PRISCILA MARTINS DA CUNHA – Meu nome é Priscila. Estou representando Olaria e outras comunidades também.

Estamos aqui na luta de uma casa para todos nós, uma chave na mão é o que precisamos. Ter a chave na mão e vamos sair daqui com ela nas mãos. Está bom?

Temos necessidades também, como moramos, para ver o dia a dia de cada um. Moramos em um barraco de madeira, outros necessitam até de uma alimentação, até de uma cadeira de rodas para ser utilizada. Muitos idosos, muitas crianças também. E nós só saímos daqui com essa chave na mão.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora a Sra. Regina Célia Ribeiro, da comunidade Olaria.

A SRA. REGINA CÉLIA RIBEIRO – Bom dia a todos, à Mesa, a todos os moradores que estão aqui, a minha galera lá do Olaria, Nova Jersey, City.

Que Deus abençoe a todos. Mais uma luta nossa, aqui hoje. Saímos debaixo de chuva, não foi à toa e, sim, por dignidade, porque nós precisamos ter um canto digno para morar.

Vamos lá. A nossa comunidade Olaria é desde 92. Lá, nós temos várias famílias, muitas famílias, idosos, crianças, famílias com oito filhos. Tem um morador lá com nove filhos. Então não é à toa, tudo feito lá, então não há pouco tempo.

Nós estamos aqui hoje, por quê? Porque nós precisamos da nossa moradia. É fácil ter um plano gestor lá, votação, “vou tirar a comunidade, vou jogar lá para o outro lado”. Não é justo. Não é justo. Vai ter remoção? Da hora. Mas que seja próximo de onde a gente mora, porque nós temos família lá perto, tem escola, trabalhos. Todos trabalham e têm a sua vida lá.

Então, assim, se vier remoção, que venha com chave na mão. Nós queremos “chave a chave”. Porque é um direito nosso. Nós trabalhamos. Tudo que está lá foi construído com o sofrimento de cada morador. Não foi ganhado, não foi doado. Às vezes, muitos foram doados, muitos foram comprados. Então não é justo tirarem a gente de lá, mandar para um canto que não é favorecido para a nossa comunidade.

Então, assim, hoje nós vamos sair daqui com uma grande vitória. Tenho fé em Deus que nós vamos sair daqui hoje com a vitória da chave na mão. E o que a comunidade Olaria quer? Chave na mão. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Regina.

Convido a Sra. Rosângela Fiedler, estudante de Saúde Pública da USP.

A SRA. ROSÂNGELA FIEDLER – Bom dia.

Meu nome é Rosângela Fiedler. Eu sou professora do ensino fundamental e também fiz parte do Conselho Gestor e estou agora, neste momento, representando os alunos. Estou na qualidade de aluna da Faculdade de Saúde Pública.

Na qualidade de aluna da Faculdade de Saúde Pública, nós estamos desenvolvendo um olhar cuidadoso da saúde de vocês, de todas as comunidades do entorno, porque vocês

merecem a dignidade. Todos vocês falaram de dignidade, então vocês merecem ter a dignidade e saber qual é o terreno que vocês estão morando, que vocês estão ocupando. Quais são os resíduos químicos que fazem parte desse terreno? E quais riscos à saúde vocês podem correr?

Então, eu estou aqui na militância para que vocês tenham dignidade e saúde. Vocês merecem ser tratados com todo o respeito que nós precisamos, que nós merecemos, porque nós somos trabalhadores e não merecemos porcaria, não. A gente merece coisa boa.

Estou aqui porque vou lutar até o fim para que vocês tenham dignidade e reconheçam, tenham consciência de todas as situações, dos riscos que vocês correm, todos os dias. Que vocês tenham UBS, tenham planejamento, plano de saúde e orientação, educação permanente, para que vocês não sejam expostos a nenhum risco desnecessário.

Está bom, gente. Faço daqui a minha bandeira, estou com vocês. “Tamo junto”.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosângela.

Quero informar que estão encerradas as inscrições.

Convido a Sra. Fabiana Domingues Lisboa, munícipe.

A SRA. FABIANA DOMINGUES LISBOA – Bom dia. Bom dia, comunidades. Bom dia a todos.

Meu nome é Fabiana Domingues Lisboa. Sou moradora da região de Santo Amaro.

Não à abertura de vias na Rua Ângelo de Lúcia, Álvares Lobo, Paula Cruz, que venho pleiteando desde 2018 e novamente a partir do retorno das audiências no pós-pandemia, em 2022.

Não se justifica o interesse público, premissa da desapropriação, porque atrás da Rua Ângelo de Lúcia tem um terreno com muro em toda a extensão da rua, vazio, obsoleto, de uma construtora. Isso justifica a proteção ao baronato. O mesmo na Rua Álvares Lobo, outro terreno vazio há 50 anos.

O objetivo é remover 127 famílias para atender à especulação imobiliária, já que o dono do latifúndio fez uma notificação extrajudicial – que está aqui – no cartório para confrontar

as suas medidas com as nossas, e nos enviou levantamento planimétrico com o objetivo de construir torres com apartamentos de dois e três dormitórios. E eu fiz o mesmo com ele.

Então, respeitosamente, venho pedir ao Ministério Público que coloque sob suspeição o trecho citado, Ruas Ângelo de Lúcia, Álvares Lobo, Paula Cruz, por favorecimento ilegal a latifundiários, especuladores imobiliários, o que a Associação de Arquitetos e Urbanistas e outras entidades já estão alertando na revisão do PDE, e na falta de estudos de impacto ambiental e com relação à remoção de 150 mil famílias no PIU Jurubatuba, matéria exibida no SP2. Solicito ainda que os moradores do trecho citado sejam ouvidos por um promotor público, o que é direito de todo cidadão.

Além da alternativa melhor de passar dentro da fábrica, trouxe a esta Casa também, no ano passado, um projeto de um ex-Vereador que esteve na área, filmou todo o território com drones; esteve com engenheiro e vários assessores, conversou com vários moradores e elaborou um substitutivo. Um projeto inclusive que foi efeito de reunião com o Prefeito Bruno Covas – que, diferente de muitos gestores, recebia o povo – e o mesmo sinalizou positivamente, com várias testemunhas. E aqui na Câmara dos Vereadores, por motivos ocultos, não está sendo levada em consideração a vontade do Prefeito Bruno Covas.

Precisamos de alguém realmente interessado no menor impacto para levar a proposta adiante, começo, meio e fim. Cabe ao MP checar, urgente, a resistência às alterações já que, com menos desapropriações, economia ao erário, menos remoções e menos impacto ambiental, até uma criança pequena sabe que é melhor passar no terreno obsoleto do que numa rua com moradias.

Mas, afinal, estamos em uma gestão em que um prédio de 23 andares foi construído na Faria Lima e ninguém sabe, ninguém viu. O MP viu e três agentes públicos serão investigados e a construtora também. E no PIU Jurubatuba precisa checar se tem favorecimento às construtoras somente nesse trecho, ou é um verdadeiro laranjal.

Não à remoção das famílias de todas as comunidades. (Palmas)

Três moradores de rua morreram, segunda-feira, na rua, porque não têm moradia.

Quem não dá moradia não tira. Junto das comunidades.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Fabiana.

Convido o Sr. Luiz Geraldo de Oliveira, da Associação Campo Grande-Jurubatuba.

O SR. LUIZ GERALDO DE OLIVEIRA NETO – Bom dia a todas e todos, companheiras e companheiros.

A gente está nesta reivindicação e esperamos ser atendidos, que esse projeto seja um projeto coletivo para atender às comunidades também. E o poder público tem que estar presente dando assistência com infraestrutura, com saúde, educação, segurança, e não remoção, e sim remoção com chave na mão. Vamos ver se isso é aprovado.

Eu tenho dúvida daquele código 16 que fala que podem ser colocadas famílias, realocadas as famílias que forem removidas próximo de uma estação, próximo de um ponto de ônibus. E eu tenho dúvida se foi modificado isso aí, que isso aí é muito ruim para nós. Não convém para remoção. E que, se tiver remoção nesse projeto, que seja no perímetro de três quilômetros da localidade que essas famílias residem. E remoção, sim, com chave na mão, que é o interessante.

Tem muitas comunidades que têm um histórico muito triste. A comunidade Jurubatuba, a qual represento, é uma delas que, para garantir a permanência dessas famílias lá, eu tive que entrar com quatro processos no Ministério Público. Há 15 anos a gente luta para se manter lá e é bom que a Subprefeita de Santo Amaro vá nos visitar e ver a situação. A gente tem um trabalho na comunidade para melhoria, a gente faz tudo lá. A Subprefeitura nunca fez nada lá, nem uma calçada. Tem calçada lá que eu que fiz com os moradores. E a gente precisa do poder público melhorando a infraestrutura dessas comunidades, estar presente.

Não à remoção. A gente tem caso lá, que nem a companheira Fabiana citou, de drones filmando a nossa comunidade. Quando a gente...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sr. Luiz.

O SR. LUIZ GERALDO DE OLIVEIRA NETO – Só para concluir. Filmando a nossa

comunidade.

A gente mora em um bairro nobre e a gente sabe que eles querem tirar a comunidade de lá para mandar para distante, porque não podemos morar próximo de rico. O poder público tem que dar assistência nas comunidades, não é só nos bairros de rico.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Luiz.

Convido agora o Sr. João Afif Acras, advogado.

Quero agradecer e registrar a presença do Vereador João Ananias e do Vereador Fabio Riva.

O SR. JOÃO AFIF MACHADO ACRAS – Olá, pessoal. Tudo bom? Vereadores, pessoal, aqui assistindo.

A minha crítica é interessante no seguinte ponto: quem nós estamos vendo hoje neste salão? O povo, aqui os Vereadores. Mas nesta e em outras audiências de planos urbanísticos da cidade de São Paulo nós vemos uma falta muito grande, a falta da academia, dos acadêmicos, dos arquitetos, das pessoas que falam sobre urbanismo muito bem na cidade de São Paulo. Essas pessoas gostam de se reunir muito. Eu os admiro demais, demais, mas essas pessoas não aparecem aqui: não aparece o Nabil, não aparece a Nadia Somekh, não aparece a Raquel Rolnik, Daniel Montandon, Bianca Tavorlari. Eles não vêm aqui, eles não aparecem aqui.

Fazem fóruns paralelos, discussões, dão muito tempo para entrevista para falar muita coisa, mas eles não comparecem aqui para falar com quem? Com o povo, para ajudar o povo a viabilizar aquilo que eles querem junto aos Vereadores, para emprestar a capacidade técnica e o conhecimento deles e ajudar a viabilizar as demandas da população com os Vereadores. Eles não aparecem aqui, eles fazem os seus fóruns paralelos, dão muita entrevista e falam muita coisa.

Eu vim, os Vereadores me conhecem, sabem que eu sou figurinha carimbada nas audiências e eu vim às audiências públicas. A gente pode dizer quantas vezes eles

compareceram aqui: nenhuma, nenhuma, eles que podem ajudar a população com a parte técnica, viabilizar aquilo que é possível. A academia, muitas instituições públicas que deveriam devolver para o povo os seus estudos, por que não estão aqui ajudando todos vocês a fazer isso?

Eu faço o meu trabalho, eu ajudo diversas instituições. Sou advogado, tenho arquiteto no meu escritório e a gente ajuda diversas comunidades, eu faço esse trabalho. Por que eles, que são professores de universidades públicas, não aparecem e não comparecem aqui para ajudar a população? Por que eles não procuram vocês para ajudar a viabilizar as demandas?

Esse é o meu questionamento: vindo às várias audiências que a gente vem, de urbanismo, urbanismo, que é uma das áreas mais sensíveis da cidade, talvez a mais importante hoje, e eles não comparecem.

Obrigado. Desculpa se eu me excedi de alguma forma. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Dr. João.

Particularmente quero fazer minhas as suas palavras, Sr. João, porque é o sentimento que eu carrego ao longo de todo o debate, especialmente do Plano Diretor, porque eu vejo entrevistas e editoriais e notas, especialmente desse ex-Vereador que foi responsável pelo Plano Diretor ora revisado, em que ele critica, critica, critica, apesar de não apontar soluções. Nunca participou de uma única audiência pública. Particularmente, nunca vi a cara do sujeito; estou no meu primeiro mandato, mas nunca o vi numa audiência, nunca o vi na Câmara. Nunca procurou o meu gabinete para propor uma sugestão, tenho certeza de que não procurou o gabinete do Vereador Goulart para propor uma sugestão.

Parece-me, na realidade, o choro de uma pessoa frustrada que fracassou no seu grande projeto, que seria um Plano Diretor que claramente fracassou. Do contrário, este plenário não estaria lotado de pessoas com demandas legítimas que nós temos a felicidade de atender no substitutivo hoje. Tenho certeza de que é apenas a frustração de alguém que não conseguiu realizar seu objetivo e viu naufragar um projeto completamente inadequado, ineficaz, que não atende às necessidades de São Paulo e, muito pelo contrário, fez São Paulo atrasar diversos

anos.

Obrigado. (Palmas)

Convido a Sra. Mara Souza, Pantanal-Socorro.

A SRA. MARA SOUZA – Bom dia a todas e todos.

Concordo, João. A gente está acompanhando esse PIU, o PDE e, de fato, não vemos muitas pessoas, porque é fácil estar na mídia falando de um assunto, mas participando aqui que é bom, nada.

Vou cumprimentar todos os que estão na Mesa, os Vereadores. Agradeço por terem contemplado no substitutivo uma demanda nossa, mas quero fazer, infelizmente, uma crítica construtiva. Quero falar que, primeiro, é muito chato não ter tido apresentação do substitutivo, porque eu sei do que a gente está falando, do que a gente está conversando, mas muitas das pessoas que vieram aqui hoje não têm a dimensão do que está no documento. A gente também não tem acesso aos mapas e isso dá a entender que os mapas não mudaram, que são os mesmos de um ano atrás. Isso nos dá até uma certa expectativa e confiança, mas de fato, falta, Rodrigo, você ler o documento para todo mundo, porque nem todo mundo sabe do substitutivo, que nem você fez, semana passada, no PDE. E, de fato, precisa apresentar.

A gente está vendo que não tem ninguém aqui da Secretaria de Urbanismo, pelo jeito. Não sei se não vieram. Semana passada eles estavam aqui, mas a audiência foi cancelada. Então a gente precisaria ver os mapas, ter acesso aos mapas, porque para fazer um debate desse nível a gente tem que ter todas as informações, e a gente não tem. As informações estão omissas para a grande maioria, entendeu?

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Mara.

Só para fazer um esclarecimento: ontem, cumprindo o que nós conversamos na semana passada, eu fiz publicar no *Diário Oficial* os mapas e o texto; então há mais de 24 horas ele se tornou público.

Também aproveito para registrar a presença do Pedro, da Secretaria de Urbanismo,

que pode eventualmente fazer quaisquer esclarecimentos. Qualquer dúvida, a gente também está à disposição. Mas eu entendo o seu posicionamento e considero também legítimo.

Agradeço.

Convido o Sr. Vítor Inglez, do Centro Gaspar Garcia.

O SR. VITOR RODRIGUES INGLEZ DE SOUZA – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu concordo absolutamente com a Mara. O que a Mara acabou de falar é muito importante. A audiência pública da semana passada foi cancelada porque não tinha, ainda, mapas, o texto da lei para a gente discutir em cima. Aí, esse texto só saiu ontem, há menos de 24 horas, e agora não tem uma apresentação, não tem o Poder Executivo presente para dar os esclarecimentos que são absolutamente fundamentais para a gente conversar em cima de algo concreto, para todos aqui terem as informações oficiais.

O segundo ponto que eu gostaria de colocar é o seguinte, pessoal: como é conhecimento da maioria das pessoas, as comunidades da Vila Andrade, já faz alguns anos, estão unidas para exigir o seu direito à moradia.

Não é verdade, pessoal? Já vai fazer anos. São mais de duas mil famílias, por baixo, que estão ameaçadas de despejo na Justiça, pela CTEEP, pela Transpetro, pela Enel, e ainda por cima foram incluídas no PIU Jurubatuba.

Hoje, aqui está presente a Comunidade Canto do Rio Verde, não está? (Palmas) A Olaria está presente também, não está? (Palmas) Pullman, Campo Novo do Sul, estão presentes também? (Palmas) Nova Jersey, City. (Palmas). Todas essas comunidades estão presentes aqui. Inclusive, parabéns para todas as famílias, para as lideranças, para a mobilização. É fundamental realmente colocar aqui.

Desde esses muitos anos de luta, de articulação dessas comunidades, tem uma exigência clara pelo direito à moradia. Parece que no substitutivo houve um grande avanço, essa luta conseguiu avançar, conseguiu arrancar, conseguiu colocar no projeto o tal do “chave a chave”. Então está garantido que as famílias que forem removidas pelo PIU vão ser imediatamente atendidas, vai ter o atendimento habitacional definitivo, mas para todas as

famílias que, por exemplo, estão em área de risco e que têm essas ameaças judiciais, na Justiça está correndo o despejo.

Aparentemente, pelo substitutivo, a luta das famílias conseguiu colocar que, se acontecer algo com a comunidade, se ela for despejada, se tiver ameaça de despejo, no mínimo ela vai receber o auxílio aluguel até ser atendida definitivamente nas unidades habitacionais que vão ser construídas. Isso tudo, pessoal, sempre dentro daquela regra máxima: a família tem que ser reassentada no seu território. Uma família da Vila Andrade não pode ser reassentada em Interlagos nem vice-versa.

Essas são todas coisas que a articulação da Vila Andrade, as comunidades têm reivindicado, têm participado, participaram das audiências públicas desde o princípio desse processo, desde o princípio da tramitação do PIU Jurubatuba. Isso é uma coisa que a gente precisa agora garantir, então, que a lei que vai ser aprovada tenha isso, tenha o “chave a chave” e tenha um dispositivo muito claro para as famílias que estão em área de risco, para que as famílias que eventualmente correrem o risco de serem despejadas pela CTEEP, pela Transpetro, pela Enel, tenham atendimento, tenham auxílio aluguel e depois sejam reassentadas nas suas unidades habitacionais, na sua moradia definitiva.

Uma coisa muito importante, pessoal: aqui parece que a gente está conseguindo construir um grande avanço, mas a luta nunca termina, pelo menos a luta da moradia só acaba com a chave na mão. Do texto da lei para a realidade, a gente sabe que tem uma longa caminhada. Talvez a gente consiga aqui realmente construir um avanço, construir essa redação no PL do “chave a chave” e uma garantia para as famílias em área de risco, mas do texto da lei até a realidade falta muito.

E a gente sabe, a CTEEP, a Transpetro e a Enel estão avançando com o despejo dessas famílias na Justiça. Então também é importante que a Câmara assuma esse compromisso de segurar o freio delas. A CTEEP inclusive é a pior de todas, está com um mandado de despejo na mão, não é verdade? O pessoal da Campo Novo do Sul pode dizer. Então a luta ainda é longa, ainda tem uma grande caminhada, as famílias têm de permanecer

mobilizadas, organizadas e prolongar essa luta até conseguirem a chave na mão.

É isso aí, pessoal. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Vitor.

Convido a Sra. Neide Rodrigues, da Associação Amigos do Jardim Cristal.

A SRA. NEIDE RODRIGUES – Bom dia a todos, bom dia aos Vereadores.

Meus dois últimos colegas falaram e pregaram muito bem a situação que estamos vivendo. Eu sou da região de Interlagos, atuo na Associação Amigos do Jardim Cristal que atende Morrão, Cristal, Jardim Cristal, Jardim Autódromo, Vila da Paz. É uma região que vem também sofrendo essa angústia da execução desse PIU.

Hoje nós temos um projeto paralelo na Vila da Paz que, anteriormente, era uma região que ia sair um pedaço no decorrer do PIU, porque na Comunidade do Morrão tem uma parte que é da EMAE. A gente entende que essas pessoas também vão ser despejadas. Elas vão ter direito no “chave a chave”, nessa moradia? Porque já está aí batido que a Comunidade do Morrão vai sair, três quilômetros, tem uma possibilidade do “chave a chave”, mas a gente também sofre porque tem uma parte da Comunidade que está no terreno da EMAE. E aí? A EMAE vai despejar? Quando vai despejar? O PIU vai garantir a essas famílias uma moradia também ou só quem está no terreno da Prefeitura, divisa com a EMAE?

Há dúvidas, porque é uma comunidade muito grande, passa de 500 famílias. Tem um pedaço da Vila da Paz também que anteriormente no projeto iria sair.

Foi feita a Praça da Cidadania. Os moradores ficam perguntando: será que vão tirar a gente? Porque fizeram uma praça depois no terreno da EMAE. Há dúvida também se esse pessoal vai sair, se essa praça que foi feita, gastado dinheiro, vai sair também e para onde vamos. A gente também luta pela chave na mão. Não sair do nosso território onde já temos ali a nossa estrutura familiar, escola, trabalho, é a nossa região em que estamos há muito tempo, já acostumados.

Há pessoas que estão adoecendo com crise de ansiedade e depressão, sem saber para onde vai, se vai ter mesmo o direito à moradia. Como que os filhos vão estudar? Se vai ter

escola e creche próximas.

Hoje a região de Interlagos é mundialmente conhecida. É uma região que muita gente está fazendo descaso. Há Vereadores que estão na Mesa e são da região, eu queria que vocês olhassem um pouquinho mais para a comunidade do entorno do Autódromo. Há no Autódromo vários eventos de caráter internacional e a comunidade não tem muita resposta do Poder Público, nem dos Vereadores, nem de ninguém.

“Vamos tirar, vai tirar, vai fazer isso, um centro comercial, um polo comercial, não sei o quê, não sei o quê”. Só que vocês estão mexendo com vidas, com pessoas que não conseguem lidar com a situação de ser despejadas ou removidas para outros lugares longe, como já foi feito na Vila da Paz. Já retiraram pessoas da própria Vila da Paz, na época da construção dos prédios, e mandaram para o Pico do Jaraguá.

Eu tenho familiar que, na época, recebeu um apartamento na Vila da Paz e tenho familiares que estão morando no Pico do Jaraguá. Passo quase um ano ou dois sem vê-los, porque deslocar para lá às vezes financeiramente não dá, o tempo também não dá.

Então a gente pede que vocês olhem muito, usem de humanidade. Olhem para essas pessoas que estão aqui, porque ninguém veio para tirar foto, tirar uma *selfie* para a rede social. A gente veio lutar por direitos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Convido a Sra. Jussara Sueli, Nova Jersey.

A SRA. JUSSARA SUELI – Cumprimento a todos. Vim apresentar a Nova Jersey, que comecei a morar lá. É muito duro você dormir pensando: será que vai sair, será que não vai sair? Não é fácil para quem mora lá, não é fácil. Quando é na época de eleições a gente passa horas assistindo isso e aquilo, isso e aquilo. A gente está na hora de cobrar os nossos direitos.

Eu nunca tinha morado, mas hoje eu vejo aquelas criancinhas pisando no barro, às vezes sem chinelo. É fácil? Não é. Então eu acho que quem mora lá é porque necessita, não porque quer.

É isso que eu vim falar aqui. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Jussara. Convido a Sra. Tereza Arraes, Articulação Vila Andrade.

A SRA. TEREZA ARRAES – Bom dia população, sociedade civil. Muito obrigada por vocês estarem aqui. Vocês é que são realmente esta Casa.

Esta Casa, chamada Câmara Municipal, só existe porque vocês existem. Obrigada por estarem aqui. (Palmas) Obrigada Vereadora Silvia, em nome da Mesa, cumprimento a todos.

O texto do substitutivo não só tem cascas de bananas, mas tem um bananal inteiro. Porque enquanto a gente ganha de um lado eles nos tiram de outro. Incluíram áreas que não estavam, mapas que nos são apresentados, textos que são publicados com menos de 24 horas para que a gente entenda o que foi alterado e se estão de acordo com os mapas de 2018 ou não.

Há duas semanas nós estamos correndo, batendo aqui na porta, por conta das audiências que foram canceladas, porque o texto não tinha sido publicado, não havia matéria para discussão. Enquanto isso, a população que se vire para vir, para voltar e que gaste o seu dinheiro.

Primeiro, exigimos que seja incluído no artigo 16, que é o pior do bananal, desse bananeiro e dessas cascas inteiras, os conselhos gestores das áreas de ZEIS. Porque é o único instrumento de resistência onde a gente consegue se manifestar e deliberar o projeto que está sendo colocado para a nossa comunidade, as habitações.

No início do artigo 16, diz que nós vamos ser atendidos no perímetro do PIU. Não. Nós queremos ser atendidos na ZEIS de origem ou na AIU de Origem. Eu não posso punir a minha comunidade, que é da Articulação Vila Andrade e morar no Autódromo. Eu não posso punir o pessoal do Autódromo para vir morar na Vila Andrade. O Conselho Gestor que eles falam que será submetido o Plano de Intervenção, que Conselho que é? Qual a clareza? É o Conselho das AIUs ou é o Conselho Gestor das ZEIS? A gente precisa definir isso, tem de ter clareza no texto.

Hoje, no mínimo, essa apresentação deveria estar sendo feita para todo mundo,

inclusive, com intérprete de Libras, porque há pessoas que talvez nem consigam nos identificar nessa luta. (Palmas). Então há uma omissão tremenda nesse processo, nesse trajeto.

Fora isso, nós temos ainda a questão da garantia realmente do direito de que as famílias que estão no risco tecnológico, que precisam avançar na discussão nesta Casa no Plano Diretor, porque quando se trata de risco, sabe o que eles conhecem? O risco geológico, o risco das enchentes, mas o risco tecnológico daquelas famílias que moram embaixo de grandes redes não é discutido nesta Casa.

O “chave a chave”, como que será feito? Porque a gente não tem noção, desde 2018, nós estamos nesta luta, acompanhando todas as audiências. Mas o que a gente vê é o substitutivo que traz avanços, mas, ao mesmo tempo, nos joga no bananal para escorregar nas cascas de banana.

Então a nossa moradia é “chave a chave”, mas a gente também quer o atendimento já, imediato. Isso para ser votado agora, às 15h, coisa que nós precisamos estar atentos. Porque é muito fácil estarmos aqui – para concluir – esta audiência falando sobre o nosso atendimento, enquanto isso a gente não sabe como vai ser a votação, às 15h, onde nós vamos ter de ficar de plantão nesta Casa para fazer valer os nossos direitos.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Tereza. Convido a Sra. Ivana Ferreira da Cruz.

A SRA. IVANA FERREIRA DA CRUZ – Bom dia.

Eu sou da Comunidade Nova Jersey, não só de lá, mas também da Olaria, City e todas que estão aqui.

Vou parabenizar o nosso Deputado, nosso Excelentíssimo, pelas risadas de hoje, porque na semana passada nenhuma risada teve. Você nem existiu a gente aqui, saiu me atropelando. Mas hoje, a gente existe.

Nós queremos ter o direito de ter a nossa chave na mão, só vamos sair daqui hoje com uma resposta: chave na mão.

- Manifestação na galeria.

A SRA. IVANA FERREIRA DA CRUZ – Hoje nós só sairemos daqui com a nossa chave na mão. Espero que daqui a quatro anos nós possamos votar de novo em vocês, porque vocês estão aqui por causa nossa.

- Manifestação na galeria.

A SRA. IVANA FERREIRA DA CRUZ – Nós só sairemos daqui hoje com o nosso... Hoje você vai dizer se nós vamos ter a chave na mão ou não. Você pode ter certeza. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Ivana.

Sra. Ivana, eu acho que assim como eu não tinha risada na semana passada, eu tenho certeza que os senhores também não, justamente porque a gente não tinha texto para publicar e a demanda dos senhores para ser atendida.

O que eu fico feliz hoje é que efetivamente foi cumprido o prazo, conforme solicitei na semana passada, foi enviado o substitutivo, consegui fazer com que fosse publicado a tempo, mais de 24 horas antes desta audiência, mas principalmente porque a gente conseguiu apresentar um substitutivo que atende integralmente o pedido dos senhores, que é justamente a chave na mão, que vai ser aprovado hoje à tarde. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Perdão?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É que a Silvia foi a única Vereadora encaminhada pelo PSOL, realmente é a única Vereadora da Comissão. É muito bom ter a Silvia conosco aqui, a gente tem bons debates.

Convido o Sr. Guilherme Oliveira, morador de Interlagos, arquiteto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Porque ele se tornou público no *Diário Oficial*, é o que diz a lei que aconteça.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não, mais de 24 horas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Foi publicado ontem, às 06h. estamos falando de, aproximadamente, 30 horas. (Palmas)

O senhor tem a palavra.

O SR. GUILHERME OLIVEIRA – Bom dia.

Sou o Guilherme, morador de Interlagos, arquiteto também. Quando eu estava estudando esse projeto, veio em 2018. Hoje 24h antes para aprovar enviam um texto para a gente ler sem mapa algum. A gente chega numa audiência pública onde a gente não tem explicação técnica – acredito que nem todos, da própria Mesa, conseguem explicar as questões técnicas de mapa e a atualização.

Então tiveram cinco anos para colocar tudo o que a gente pediu, toda essa batalha que a gente vem aqui ao longo desses anos, 24h antes não é o suficiente para a gente entender o texto para a gente conseguir ler os mapas que não existem em *Diário Oficial*.

Lá em 2018 continuam as mesmas coisas? Todas as audiências públicas, toda participação, toda a nossa luta foram em vão durante cinco anos? E hoje à tarde, amanhã vai ser aprovada uma coisa que a gente vem lutando há cinco anos.

É descaso com a população. Parece que a gente está aqui novamente só para falar. A gente não tem voz ativa, conseguimos algumas conquistas, mas em Interlagos a gente está no escuro na questão da remoção, se a gente realmente vai sair. Qual parte da comunidade vai ter a garantia de “chave a chave”.

Então assim, é uma coisa muito vazia e fluida que não funciona para a gente, 24h antes não é o suficiente. A gente teria tempo de ler os mapas, entender perfeitamente o texto e ter o debate. A gente está falando, vocês estão ouvindo e pronto. Isso não é um debate. A gente quer ter a leitura do texto explicativo, principalmente os mapas. A gente consegue entender melhor o mapa, saber quais comunidades vão sair, quais não e ter mais uma segurança. Esse texto é muito vazio.

- Manifestação na galeria.

O SR. GUILHERME OLIVEIRA – Seria importante a leitura desse texto e a explicação para a comunidade, para todos nós aqui. Nem todo mundo tem conhecimento técnico. Eu mesmo com conhecimento técnico, ainda está muito além dos meus conhecimentos, imagine para muitos moradores que não entendem.

É mais do que obrigação de vocês explicarem, sim, o texto e ler para toda população.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado. Convido o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde, sou Arlindo Amaro, do Ipiranga.

Eu endosso as palavras do meu colega, arquiteto, em relação aos profissionais da área de arquitetura que não estão aqui. Além dele, o Secretário Municipal das Subprefeituras, que é o responsável pelo Plano de Bairro, gente.

A cidade começa dos Planos de Bairro para o centro nós estamos analisando o Plano Diretor Estratégico que não tem fundamento algum. O que se está revisando nos Planos de Bairro? Onde estão os Subprefeitos que falam sobre a parte deles no bairro, mas não se faz qualquer projeto de plano diretor regional.

Está na Constituição o Plano Diretor da cidade de São Paulo, mas não se vê o Secretário para falar alguma coisa: Os Subprefeitos, a partir de hoje, vão fazer audiências públicas com a população para ser implementado imediatamente o Plano Diretor.

Nós estamos falando sobre Plano Diretor desde o ano 2000, há pessoas jovens de 30 anos, não sabem nem o que é isso. A cidade está em retrocesso. Estamos com 45 mil pessoas morando nas ruas. A Favela do Heliópolis, onde eu moro, tem 110 mil pessoas, Paraisópolis... São Paulo tem sete mil favelas, que ficam rezando, chorando aqui, pedindo moradia.

Nós temos desde o ano 2000 as promessas feitas para moradia. Nada fizeram. Hoje vocês estão pedindo moradia, de novo. Quando chegar 2.029, voltam para pedir moradia. A gente tem de tomar atitude, parar de fazer discurso e colocar essas coisas em prática. Porque

ninguém vai ficar vivendo 80-100 anos.

A população é responsável, precisa agir na Subprefeitura para que os conselhos participativos tenham voz. O que nós vemos nos conselhos participativos é: fala que eu te escuto, seus tontos. Depois fazem churrasco, samba e você vota em quem? Em mim.

No ano que vem vamos ter eleição novamente. É um absurdo a gente falar o quanto pior, melhor para nós? O Plano Diretor de 2001, o que você quer de São Paulo para 2010? O que se vê na cidade de São Paulo hoje? Melhorou?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARLINDO AMARO – Cabe a nós a responsabilidade de cobrar os Subprefeitos, o Secretário das Subprefeituras, para que se faça alguma coisa de bem.

A Mesa aqui somente vota, ela não é obrigada a fazer algo quando o documento vem pronto. Os Vereadores eles simplesmente, como todo mundo fala, votou, elegeu e pronto.

Agora, repito, nós somos os responsáveis pela baderna que está na cidade de São Paulo. O centro da cidade precisa de uma campanha nacional, que você mora em São Paulo. Fui na zona Sul, na Capela e na zona Leste, gente, a cidade está uma vergonha.

Nós ficamos assim: ah, que absurdo, que absurdo. Ação, gente. Não fica na promessinha de comer picanha, porque não tem picanha para ninguém. Entendeu? (Palmas). Não vai ter picanha para ninguém.

Um abraço, boa tarde. Gente, ação, ação. Chega de discurso.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Arlindo.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra para a Vereadora Silvia.

Quero agradecer a presença do Vereador Xexéu Tripoli.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes, principalmente às pessoas que saíram cedo das suas casas e vieram participar desta audiência pública porque a luta pelo “chave a chave” não começou hoje. Essa luta pelo “chave a chave” começou lá, em 2018. Eu não estou desde 2018 na Câmara, mas, desde o momento em que nós fizemos a primeira audiência pública em que eu estava presente, nós já falamos do “chave

a chave”.

Muita gente se lembra de que nós fomos à Vila Andrade e percorremos todas as comunidades. Fomos o Vereador Antonio Donato, que já não está mais aqui, e eu, com o ex-Secretário de Habitação, que também não está mais lá. Fomos lá. Como se diz, colocamos o pé no barro e visitamos todas as comunidades que estão embaixo do Linhão da Vila Andrade, que estão sob os dutos da Transpetro, que estão sob a questão da CTEEP. Nós também fomos com o Guilherme e com a Mara às outras comunidades que são passíveis de remoção por conta das intervenções do PIU.

Então, qual era a grande reivindicação das pessoas que vinham às audiências públicas? Era para que não houvesse remoção sem a garantia da moradia definitiva. Essa é a principal reivindicação. O PIU tem outras tantas coisas, das quais falarei depois, mas eu quero falar sobre esta luta, porque esta luta foi, no meu ponto de vista, vitoriosa. Quero ler o artigo que garante essa vitória:

“Nas áreas de intervenção urbana onde se prevê o reassentamento da população atualmente moradora em área passível de regularização fundiária e urbanização, a desobstrução física e a reafetação da área ficam condicionadas à conclusão das obras das edificações de HIS destinadas à população a ser reassentada, dentro do perímetro da AIU de origem”. (Palmas)

Não pode ir para outra AIU, gente. É da AIU de origem. Significa que todas as ocupações consolidadas não podem ter remoção sem a chave na mão. Isso é uma grande vitória de vocês. (Palmas)

“a) Nas áreas de intervenção urbana onde se prevê o reassentamento da população atualmente moradora em área não consolidada (...)”. O que é área não consolidada, gente? É com menos de cinco anos de ocupação.

“(...) em área não consolidada ou passível de regularização fundiária e urbanização em razão de risco tecnológico, geotécnico ou hidrológico, a desobstrução física e a reafetação da área será precedida de atendimento habitacional provisório vinculado ao atendimento habitacional definitivo nas edificações de HIS destinadas à população a ser reassentada”.

Então, em áreas não consolidadas está garantido que vai entrar no PIU – não imediatamente o “chave a chave”, mas a questão da moradia provisória para inclusão em moradia definitiva. Vejam que há uma diferença das áreas consolidadas para as áreas ainda não consolidadas, O.K.?

Entretanto, há, também, o item “b”, que é muito importante:

“Fica o Poder Executivo autorizado a antecipar recursos de outras fontes para a realização de obras de alocação das famílias em moradia definitiva, ressarcido por ocasião da venda de potencial construtivo em área passível de regularização fundiária e reurbanização, com prioridade às áreas de risco tecnológico, geotécnico ou hidrológico (R3, R4) e de mananciais”.

Aqui entram, se eu não estou enganada, Dona Teresa, Sr. Vítor, as famílias que estão embaixo do Linhão. Certo?

- Manifestação na galeria.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Isso.

E, por último:

“Nas áreas de ZEIS, dentro do perímetro de intervenção urbana, ainda que não haja proposta de intervenção de viários ou áreas verdes sobre as comunidades inseridas nas respectivas ZEISs, será priorizado e garantido atendimento habitacional consistente em regularização fundiária ou, se não for possível, reassentamento”.

Então, gente, eu li porque muita gente não teve acesso ao documento. Foi por isso que eu li. O que está escrito aqui é uma grande vitória, que foi vitória da luta de vocês, que se organizaram, que lutaram, que vieram, inclusive, na terça-feira passada, quando não houve audiência pública. O que foi que fizemos?

Fomos atrás do Presidente da Câmara. Nós nos reunimos com o Presidente da Câmara, que nos atendeu. Então, agradecemos, sim, ao Presidente da Câmara, que nos atendeu e que, inclusive, foi sensível a que essa emenda estivesse presente dentro do PIU. Fomos falar com o Secretário de Habitação, que já não é mais o Secretário de Habitação. Ele saiu, mas também falou dessa emenda para nós. Falamos com o Vereador Rodrigo Goulart, que ficou de

fazer a redação final. Quero publicamente agradecer ao Vereador Rodrigo Goulart, porque contemplou no texto exatamente o que pedimos. (Palmas)

O texto que eu lhe enviei, que veio dos movimentos, sobre o “chave a chave”, foi igualzinho ao texto que está colocado no PIU. Nisso, agradecemos.

Acabou o tempo? Não, eu quero falar mais um pouquinho. (Palmas). Eu quero falar mais um pouquinho porque eu li uma coisa que é importante, que é a vitória.

Porém, apesar dessa grande vitória, o texto ainda tem muitos problemas. O texto tem problemas porque não estão garantidos os conselhos gestores de ZEIS. Não está garantido o EIA/Rima, que é a licença ambiental, principalmente porque há uma coisa nova aqui, que é a transposição do Rio Jurubatuba, e não está nítido para nós como vai ser.

Então, por conta desses problemas do PIU Jurubatuba, achamos que precisamos, ainda, primeiramente, fiscalizar e lutar para que as coisas do “chave a chave” sejam realmente implementadas. Aqui, gente, cada dia é uma luta. É um dia após o outro. Não paramos de lutar nunca. Além disso, há coisas com as quais não concordamos, como a falta de EIA/Rima, de conselho gestor e de outras coisas. Então, o PIU ainda tem problemas e é por isso que nós, da Bancada do PSOL, não vamos votar favoravelmente, apesar de elogiarmos a conquista que é o “chave a chave”.

Por último, gente, quero dizer que, hoje, com o PIU Jurubatuba, vai ser votada a revisão do PDE. Essa, sim, está muito problemática, muito complicada. Nós não concordamos com esse substitutivo do PDE e eu quero pedir para todo mundo que veio a esta audiência pública, hoje, que fique para a sessão das 15h, para podermos mostrar para os Vereadores e para o Presidente da Câmara que nós estamos descontentes com esse substitutivo do PDE. A luta não para hoje. A luta vai ter de continuar, para termos um PDE popular, com a cara do povo.

Valeu, galera. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, movimentos

de moradia, fico muito feliz, Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Faço movimento de moradia na zona Noroeste da cidade de São Paulo, na Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo. Eu sei que a luta por moradia não tem cor partidária e eu quero só informar a todos vocês que, considerando o que está acontecendo hoje com o PIU Jurubatuba, nós começamos com essa luta no PIU Leopoldina. Quanto ao “chave a chave”, eu tive o prazer de escrever um texto muito similar a estes alguns anos atrás e hoje também dá a mesma garantia às famílias da Vila Leopoldina, da Favela da Linha e da Favela do Nove. Então, isto que está acontecendo hoje não é uma inovação, porque foi uma luta que nós fizemos lá atrás e já no texto da lei do Projeto de Intervenção Urbana Leopoldina está cravado o “chave a chave”. O *slogan* daquelas comunidades é: “Chave na mão, barraco no chão”. É porque nós lutamos com isso.

Então, vir aqui comemorar é importante, mas temos de ter o contexto histórico de que a luta é de muitos Vereadores que não foram visitar vocês, mas que, por meio de outras experiências, como o PIU Leopoldina, apoiam esse projeto. O Governo apoia esse projeto. Eu conversei diretamente com o Vereador Rodrigo Goulart muito antes, dizendo que era importante que colocássemos no PIU Jurubatuba o “chave a chave”, porque não só os movimentos da região pleiteiam isso, mas isso tem de ser uma tônica em todos os Projetos de Intervenção Urbana que têm comunidades afetadas.

Isso tem de ser um projeto de cidade. Não é um projeto de um único Vereador ou de um partido político. Habitação não tem cor partidária. Eu sou do PSDB e luto pela habitação. O Governo entende que a habitação tem de ser prioridade. As comunidades têm de ser prioridade. Na Câmara Municipal, nós somos uma voz e eu encaminhei projetos sob a condição de Líder do Governo.

Está aqui o nosso sempre experiente Presidente, Vereador Arselino Tatto, que tem um trabalho grande na zona Sul da cidade de São Paulo e, também, em várias gestões, lutou pela questão da habitação, como tantos outros, na gestão do PT, na gestão do PSDB, em gestões de outros partidos, porque nós acreditamos que habitação é a roupa da família. É o bem

maior que uma família possa ter, dos bens materiais. É por isso que hoje nós podemos ter divergências nos projetos, mas a cidade precisa dessa democracia institucional, que é de pensamentos diferentes, de ações diferentes, para que possamos crescer cada vez mais. Todavia, a habitação sempre teve uma voz de unidade, com o Prefeito Ricardo Nunes, na gestão Bruno Covas – pois a gestão é Bruno Covas, sob a batuta do Prefeito Ricardo Nunes. Estamos aqui, tendo esse olhar muitas vezes esquecido para os invisíveis, que são os movimentos sociais, os movimentos de habitação. É esse o olhar que vamos ter.

São passos como esse, ao cravar em um artigo do PIU Jurubatuba o “chave a chave”, assim como nós cravamos isso no PIU Leopoldina alguns anos atrás. É uma luta que entendemos que precisa ser política pública habitacional. Eu quero que os movimentos não tenham de vir aqui para pleitear uma coisa que já está garantida pela lei. Viremos aqui, sim, cobrar o Poder Público da implementação das leis. Esse é o nosso papel.

Então, eu quero dar os parabéns para vocês que vieram em uma manhã fria, de chuva, mas o bem maior nosso, que é a habitação, está cravado no PIU Jurubatuba. Parabéns a vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Passo a palavra ao Vereador Arselino Tatto.

- Manifestação na galeria.

O SR. ARSELINO TATTO – Quero cumprimentar novamente o Presidente desta sessão, desta audiência pública, o Vereador Rubinho Nunes.

Cumprimento o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva. Cumprimento o Secretário que nos visita hoje, Sr. Fabricio Cobra. Cumprimento a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, o Vereador Sansão Pereira e o Vereador Rodrigo Goulart, nosso Relator. Cumprimento, principalmente, vocês, que vieram de tão longe em um dia bastante chuvoso, com uma cidade toda esburacada, com péssimo transporte coletivo na cidade de São Paulo, apesar de dez anos de PSDB na Prefeitura, mas temos de lutar para melhorar as coisas nesta cidade.

Primeiramente, é o seguinte: existem reivindicações que foram feitas aqui, que colocam em risco a votação de hoje, caso não possam ser acatadas. Essa é uma realidade. Essa é uma verdade. Eu concordo com a crítica feita. Foi publicado ontem, no *Diário Oficial*. Não é mesmo? Porém, esse pessoal que está sempre participando das audiências não teve a oportunidade de ver os mapas. Houve uma senhora que veio falar, que é de lá, do Mourão, perto de Interlagos, que eu conheço bem. Tenho até um assessor meu, o Michel, que trabalha lá. É professor de jiu-jítsu e capoeira. Eu não sei se aquele local vai ser contemplado. Onde está o mapa?

Como é que se vai fazer isso? Por que não o colocaram aqui? Por que não houve, aqui, uns *slides*, uma exposição, como foi feito com o PDE?

- Manifestação na galeria.

O SR. ARSELINO TATTO – Sabem? Eu acho que temos de ter essa clareza. Eu não culpo o Presidente da audiência pública, não. Eu acho que a assessoria, a parte técnica da Casa e da Prefeitura, tinha de colocar com transparência o que será votado hoje. É complicado isso.

Eu sou um Vereador que vai visitar os territórios. Eu não vou lá só em época de eleição. Eu não sei se o Pantanal e o que eu conheço da Capela do Socorro estão contemplados. Eu não sei quais locais de Paraisópolis vão entrar, como a Vila Andrade. Eu não sei, Vereador Rodrigo Goulart, até que ponto toda aquela região da Ponte Vitorino Goulart vai ser atingida. Quem, da Vila da Paz, vai ser beneficiado? Até que ruas? Onde está o mapa disso, aí? Percebem?

Então, é preciso ter calma. Não é votando hoje que, a partir do mês que vem, daqui a dois ou três meses, o pessoal já vai ter a sua casa. Não é assim que funciona. Ou se mantêm organizados, pressionando o Poder Público, ou isto, aqui, não vai sair do papel. Sabemos como é isso, essa burocracia. Eu tenho experiência nisso. Eu sou um fundador do Cantinho do Céu, do Jardim dos Eucaliptos, do Barro Branco, lá, em Guaianases. Sou Vereador desde 1989. Lutamos na época dos mutirões. Lutamos por moradia.

Não é invasão, não. É ocupação, porque, enquanto não houver reforma agrária e

moradia, o povo tem de ocupar, mesmo. (Palmas). Há grileiros. Há áreas da cidade de São Paulo em que as pestes nem pagam IPTU e estão esperando valorizar, para poder vender depois para o Secovi, para as grandes empresas imobiliárias da cidade de São Paulo. Está uma verdadeira bagunça e esse Plano Diretor que está aí tem de mudar. Não pode ser votado. Gente, é o Secovi que está fazendo esse Plano Diretor. Vereadores Fabio Riva e Rodrigo Goulart, é o Secovi. Como é que se pode adensar esta cidade do jeito que estão querendo? Está muito esquisito.

A Bancada do PT quer votar esse projeto com urgência, porque nós precisamos de nova ponte lá. Nós precisamos da ampliação da Marginal Pinheiros. Tudo é importante. À Ponte Irmã Agostina eu dei o nome. Falam que é Ponte da Avon ou Ponte Jurubatuba. Não é, não. Aquilo é um inferno, para você sair de lá e entrar lá. Tem de haver, mas é a troco de quê? É para ajudar as empreiteiras?

Primeiramente, tem de se resolver a moradia daquela população, lá. Enquanto isso não estiver claro, não dá para votar. Está complicado. Porém, precisamos votar e, para votar, acatem essas reivindicações. O conselho gestor? Meu Deus do Céu, é tão simples acatar isso. Vamos acatar. É tudo simples. O que é que vai mudar? Sr. Fabricio, o que é que vai mudar? Fale pelo Governo. Dá para acatar essas reivindicações ou não dá? É muito simples. Vocês têm a caneta na mão. Vocês têm o poder. De 55 Vereadores, vocês têm mais de 40, aqui dentro, que votam com vocês. Agora, fica nas costas do PT e do PSOL, para resolver isso? (Palmas)

Eu quero votar hoje. A Bancada do PT quer votar hoje, mas tem que ter garantia. Tem que ter garantia mínima para essa população. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Arselino.

Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito bom dia a todos.

Muito bom dia a todos os movimentos de habitação que estão aqui, a todos os moradores, as pessoas dessa área lá de Jurubatuba, que abrange essa área de Jurubatuba, todas as comunidades que estão aqui, a periferia. Nós andamos muito aí, nas comunidades. Bom dia também a todos aqui, da Mesa. Quero cumprimentar a todos.

O PIU Jurubatuba é um projeto que define uma série de intervenções que vão de melhorias viárias a investimentos de infraestrutura, habitação, remoção de área de risco – já vimos aí o “chave a chave”, graças a Deus, que, inclusive, também tem a nossa participação – a implantação de equipamentos públicos, entre outros.

O PL 204/2018, que prevê a venda de títulos imobiliários de potencial construtivo e Cepacs, para que seja possível captar recursos privados para as melhorias. No caso do Arco Jurubatuba, os investimentos estão previstos para uma ampla região da zona Sul, entrecortada pelos rios Pinheiros, Jurubatuba e Guarapiranga, desde que as intervenções respeitem as normas ambientais da região, que é protegida devido a sua extensa área verde, represas e mananciais.

O PIU abre oportunidade para captar muitos recursos. Com isso, poderemos aumentar a oferta de habitações de interesse social, nestas regiões carentes, para que essas pessoas possam continuar vivendo nas áreas onde hoje já habitam, com maior oferta de equipamentos públicos na região, infraestrutura, transporte e mobilidade urbana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos e contem – estamos aí, unidos – contem sempre com esse Vereador, com essa Câmara, com o Executivo, com o Prefeito Ricardo Nunes. Estamos todos unidos para fazer o melhor, tanto é que nós estamos aí, desde 2018 que está andando, andando, andando e, graças a Deus, as propostas que foram feitas estão, então, incluídas nesse PIU, nesse projeto que hoje vamos votar nesta lei.

Muito obrigado, obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão.

Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa, aqui, em nome do nosso Presidente, em nome da Vereadora Silvia; cumprimento todos os presentes, que participaram – há muitos rostos conhecidos, aqui, de todas as discussões de já tivemos, tanto do PIU Jurubatuba, como tantos outros projetos urbanísticos que nós temos na cidade e também, à época ainda do meu primeiro mandato, ainda

na Comissão de Finanças, quando discutíamos orçamento, muitas pessoas engajadas com todas as discussões e todas as lutas que temos juntos.

Vocês sabem que esse é um projeto que trata de uma região que temos uma atuação muito forte ali, na região de Jurubatuba, e com certeza é um projeto que nós debruçamos muito trabalho, muitos esforços e, na verdade, o que tem se colocado aqui, na questão da publicação: foi publicado sim, ontem, no *Diário Oficial*, a questão dos mapas. O porquê até, que não houve apresentação.

Porque os mapas, que foram alterados aqui, o primeiro trata-se dos parâmetros urbanísticos e os outros com alguma alteração e melhoramentos viários. Então, não foram alteradas nenhuma questão das intervenções que podem ser realizadas em nenhuma das comunidades – viu, Vereador Arselino, Vereadora Silvia? Então, só para destacar isso: mantém-se aí, os demais mapas originais do texto lá de 2018.

Textos estes, de 2018, que não foram iniciados na gestão, à época de 2018. Todos os estudos partiram desde a época da aprovação ainda do Plano Diretor Estratégico de 2014, que está agora na fase da sua votação intermediária com a previsão da votação em primeira votação hoje, no mesmo dia da segunda votação do PIU Jurubatuba.

Então, só para deixar claro que não foram publicados, aqui, outros mapas, exatamente por isso: porque não houve nenhuma mudança do texto original enviado pelo Executivo, lá em 2018. Então a única coisa inclusa nesse substitutivo, substitutivo este assinado e publicado ontem pelos Vereadores: por mim, Vereador Rodrigo Goulart, Vereador Rubinho Nunes, Vereador Marlon Luz, Vereador Fabio Riva e Vereador Sansão Pereira.

Então, foi um substitutivo apresentado por esta Comissão. Cumprimento, aqui, o nobre Secretário Fabrício Cobra, representando aqui todas as Secretarias e o Prefeito Ricardo Nunes; também o Pedro, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – nós discutimos muito as alterações que seriam possíveis no substitutivo. Cumprimento, inclusive, o Executivo, por entender essa demanda de todos os movimentos, todos os cidadãos, a grande maioria que está aqui, essa emenda de “chave na mão, barraco no chão” – é isso, né,

Riva? O slogan. “Chave...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – “Chave na mão, barraco no chão”.

O SR. RODRIGO GOULART – Isso.

Então, o “chave a chave”, que foi contemplado aqui nesse texto do substitutivo; é muito importante que essa luta que todos vocês tiveram – desde 2018 acompanhando aqui. Então, foram cinco anos de muita luta para que nós chegássemos aqui, nesse texto de hoje.

Todas as áreas passíveis de reorganização e regularização estão contempladas aqui, nesse texto, então, com certeza um grande avanço nesse entendimento entre o Legislativo e cumprimento – não vou cumprimentar um Vereador ou uma Bancada, mas sim, todos os Vereadores que participaram durante todo esse processo e também o entendimento que houve com o Executivo.

Então, com certeza nós avançamos tudo o que foi possível nesse texto, nesses cinco anos, para que nós pudéssemos chegar aqui, nessa segunda votação, com o adiantar de todo esse tempo. Inclusive, houve uma discussão jurídica durante todo esse processo que impediu a votação. Não era de nossa vontade ter demorado todos esses cinco anos para aprovar agora, em segunda votação, mas com certeza essa questão judicial pesou muito. Mas agora, que nós já temos uma decisão da Ministra Rosa Weber no STF, agora sim nós poderemos destravar toda essa pauta urbanística de uma grande área da cidade – tem tanto PIUs, como as operações urbanas também. Poderemos votar e, com certeza, o PIU Jurubatuba será um grande exemplo, assim como o Leopoldina, Pinheiros e tantos outros que estão aí previstos na pauta de votação.

Então, encerro aqui a minha fala, parabenizando toda a luta e com certeza nós teremos uma grande vitória, um grande avanço com a aprovação desse projeto.

Parabéns a todos e obrigado pela participação. (Palmas)

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Sansão, tem a palavra.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Eu queria apenas pedir desculpas a todos, porque eu me atrasei um pouco, mas eu quero dizer que eu vim acompanhando virtualmente, tá? Porque nós temos acesso virtual.

Então, só me desculpem, houve um imprevisto e acabei me atrasando um pouquinho, mas estava acompanhando virtualmente.

Obrigado, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão.

Apenas para fazer um esclarecimento final, junto do que o Vereador Rodrigo Goulart falou.

Recentemente, nós conseguimos uma decisão com a Ministra Rosa Weber que destravou os projetos como o PIU Jurubatuba, que permite que essa demanda dos senhores seja votada como será efetivamente votada hoje, melhorada através da participação popular de todos.

Uma questão que me preocupa é justamente essa judicialização antecipada de projetos que acaba travando o desenvolvimento da cidade e a votação de projetos importantes. Muitas vezes, nós vamos à votação, pretendemos votar o projeto, mas algum indivíduo, alguma entidade, ou órgão ministerial entra com uma ação, trava o processo legislativo, a Câmara não pode votar, não atende à demanda da população, não traz uma resposta rápida por algo que não foi sequer concluído.

Eu entendo que pode ser questionado, o Judiciário está aí para justamente analisar se alguma irregularidade for cometida durante o processo legislativo, mas após a votação, antes de a gente sequer ter concluído o processo, simplesmente prejudica a demanda muito urgente da população, como nós vemos aqui hoje.

Fico feliz de ter a possibilidade de atender a demanda dos senhores, feliz que esse pleito vai ser aprovado hoje, eu tenho certeza de que será sancionado o mais rápido possível pelo Executivo.

Parabenizo a todos pela paciência e pela participação, agradeço a contribuição de cada um de vocês, bem como dos Vereadores presentes e nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado. (Palmas)